

FHC e o efeito "espinho"

JORNAL DA TARDE

Paulo Sandroni

3 JUL 1996

Em alemão *dorn* significa espinho. Talvez isso explique por que o presidente brasileiro sente-se alfinetado sempre que o economista Rudiger Dornbusch faz declarações sobre o Brasil. Da última vez, as previsões um tanto pessimistas feitas na Austrália por este reverberaram em Brasília. FHC fez questão de dizer (indiretamente) que, ao contrário dos vaticínios do economista teuto-americano, não existem desequilíbrios macroeconômicos na economia brasileira. Trocando em miúdos: o Plano Real vai muito bem, obrigado.

Creio que, no legítimo desejo de defender a cria que lhe deu o cargo, o presidente está cometendo um equívoco. Existem ameaças sérias ao Plano Real, não apenas na área social (na qual a situação em certas regiões é dramática) mas também no âmbito econômico. Apesar do desemprego crescente, das tendências recessivas, das elevadas taxas de juro, armas esgrimidas para estabilizar os preços pela retração da demanda, o governo não conseguiu ainda o fundamental: eliminar o déficit público.

A existência de um desequilíbrio nas contas públicas impede que se lance a âncora fiscal. E, isoladamente, a âncora cambial (reservas substanciais) não é suficiente para agüentar as pressões que os ventos exercem sobre

nossa embarcação. Ou melhor, para garantir a estabilização são necessárias duas âncoras: uma na proa e outra na popa.

No entanto, é bom lembrar que embora estável o navio tende a ficar parado. Ele não vira mas também não sai do lugar. Em síntese, a política econômica inibe o crescimento da economia. Esta é a troca que o presidente acabou fazendo logo depois de passados os eufóricos 9 meses entre 1/7/94 e 31/3/95. O parto revelou uma criatura, dessas que as famílias procuram es-

conder das visitas.

A mudança de ministro do Planejamento aparentemente não serviu para grande coisa. Ao afirmar que daria continuidade ao que estava sendo feito pelo antecessor, o novo ministro, o ilustre deputado Antonio Kandir, apenas sinalizou que a missão de zerar o déficit público não seria concretizada. As últimas informações do secretário do Tesouro, acusando um superávit de R\$ 670 milhões em maio, são enganadoras: deixam em segundo plano o déficit de caixa acu-

mulado de janeiro a maio, que é bem superior ao registrado no mesmo período em 1995: R\$ 3,7 bilhões, contra cerca de R\$ 600 milhões.

De que maneira o governo equilibra estas contas deficitárias? Para não recorrer às emissões inorgânicas (que teriam um impacto direto na inflação) retardam e amortecem o mesmo apelando para as emissões de títulos da dívida pública. O crescimento desta última (só em maio teria aumentado em cerca de R\$ 8 bilhões) provoca um efeito bumerangue: a expansão da dívida para compensar o déficit público aumenta a massa de juros a serem pagos pelo próprio governo, o que contribui para ampliá-lo no momento seguinte e assim sucessivamente.

Até quando este carrossel poderá funcionar sem nenhum acidente? É difícil prever com precisão. Mas o tempo, como dizia um filósofo alemão do século passado, é um recurso natural não renovável... O alerta de Dornbusch é que o tempo vai se tornando exíguo para uma manobra radical que evite a colisão de um enorme iceberg detectado pelos radares contra o navio mal ancorado.

Paulo Sandroni

é economista e professor da PUC e da FGV de São Paulo



O GOVERNO NÃO
CONSEGUIU AINDA
O FUNDAMENTAL: ELIMINAR
O DÉFICIT PÚBLICO